



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS TRINDADE

**POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS E EDUCAÇÃO: VIVÊNCIAS
EM LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) EM SENADOR CANEDO, GOIÁS**

MOREL CIPRIANO DE BASTOS NETTO

Artigo Científico apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Trindade – Goiás, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente

Orientador(a): Ma. Priscila Rodrigues do Nascimento

Trindade-GO
2024

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

B327p

Bastos Netto, Morel Cipriano de
Políticas Públicas Neoliberais e Educação:
vivências em letramento digital na Educação de
Jovens e Adultos (EJA) em Senador Canedo, Goiás /
Morel Cipriano de Bastos Netto; orientadora Ma.
Priscila Rodrigues do Nascimento. -- Trindade, 2024.
20 p.

TCC (Graduação em Especialização em Educação e
Trabalho Docente) -- Instituto Federal Goiano,
Campus Trindade, 2024.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Letramento
Digital. 3. Neoliberalismo. 4. Políticas Públicas. 5.
Tecnologia da Informação e Comunicação. I. Nascimento,
Ma. Priscila Rodrigues do, orient. II. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Documentos 105/2024 - CE-TRI/GE-TRI/CMPTRI/IFGOIANO

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano

Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input checked="" type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional | |
| <input type="checkbox"/> - Tipo: | |

Nome Completo do Autor: Morel Cipriano de Bastos Netto

Matrícula: 2023108301930077

Título do Trabalho: Políticas Públicas Neoliberais e Educação: vivências em letramento digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Senador Canedo, Goiás.

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 27 /06/2024

- | | | |
|--|---|---|
| O documento está sujeito a registro de patente? | <input type="checkbox"/> Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| O documento pode vir a ser publicado como livro? | <input checked="" type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material, cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;

3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Trindade , 27 / 06/ 2024 .

Local Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- Morel Cipriano de Bastos Netto, 2023108301930077 - Discente, em 02/07/2024 10:20:52.
- Priscila Rodrigues do Nascimento, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 02/07/2024 10:16:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 611951

Código de Autenticação: b03e9e11f6



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Trindade

Av. Wilton Monteiro da Rocha, S/N, Setor Cristina II, TRINDADE / GO, CEP 75380-000

(62) 3506-8000



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS TRINDADE
COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Morel Cipriano de Bastos Netto, CPF: 008.578.351-06, devidamente matriculado (a) no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade, declaro a quem possa interessar e para todos os fins de direito que:

1. Sou o legítimo autor do artigo cujo título é: Políticas Públicas Neoliberais e Educação: vivências em letramento digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Senador Canedo, Goiás.

2. Respeitei a legislação vigente de direitos autorais, em especial citando sempre as fontes que recorri para transcrever ou adaptar textos produzidos por terceiros.

Declaro-me ainda ciente que se for apurada a falsidade das declarações acima, o artigo será considerado nulo e a homologação do diploma, porventura emitido, será cancelada, podendo a informação de cancelamento ser de conhecimento público.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Trindade, 27 de junho de 2024.

Assinatura do Aluno(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Documentos 6/2024 - NPIC-TRI/PPGI-TRI/CMPTRI/IFGOIANO

COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - CAMPUS TRINDADE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

ATA DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro, às 14h00 (quatorze horas), reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, via Google Meet, pelo link: <https://meet.google.com/psk-eoip-jda>, para procederem à avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de Especialização, intitulado “**POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS E EDUCAÇÃO: VIVÊNCIAS EM LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM SENADOR CANEDO, GOIÁS**”, de autoria de **Morel Cipriano de Bastos Netto**, discente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade. A sessão foi aberta pela Orientadora e presidente da Banca Examinadora, Prof^a. Ma. Priscila Rodrigues do Nascimento, que fez a apresentação formal dos membros da Banca, Professor Dr. José Geraldo da Silva (IF-Goiano- Trindade) e Professor Dr. Leonardo Antônio Souto (UEG). A palavra, a seguir, foi concedida à autora para, em 30 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu oralmente a autora. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo em vista as normas que regulamentam o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente, e indicadas as correções pertinentes, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO**. A conclusão do curso, como requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente, dar-se-á quando da entrega à Prof.^a Orientadora da versão definitiva do Trabalho, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **30 (trinta) dias** da sua ocorrência. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou a sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso **às 16h (dezesesseis horas)**, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pela autora e pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Condição
Professora Ma. Priscila Rodrigues do Nascimento	IF Goiano – Campus Trindade	Presidente
Professor Dr. José Geraldo da Silva	IF Goiano – Campus Trindade	Avaliador interno
Prof ^a . Dr. Leonardo Antônio Souto	Universidade Estadual de Goiás	Avaliador externo



Documento assinado eletronicamente por:

- Jose Geraldo da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/06/2024 17:05:51.
- Morel Cipriano de Bastos Netto, 2023108301930077 - Discente, em 18/06/2024 15:21:27.
- Priscila Rodrigues do Nascimento, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/06/2024 15:03:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 608627

Código de Autenticação: 181d735b7c



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Trindade

Av. Wilton Monteiro da Rocha, S/N, Setor Cristina II, TRINDADE / GO, CEP 75380-000

(62) 3506-8000

Políticas públicas neoliberais e educação: vivências em letramento digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Senador Canedo, Goiás

Morel Cipriano de Bastos Netto¹

Resumo

A diversidade cultural, produto da globalização e tecnologias, demanda ampliar a compreensão do letramento e do ensino-aprendizado tradicionais. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino ofertada às pessoas que não puderam concluir seus estudos na idade apropriada, buscando oportunizar a inclusão social. O objetivo deste trabalho é, a partir de uma discussão teórica sobre as políticas públicas para educação no cenário neoliberal e do uso das tecnologias na educação, analisar qualitativamente as políticas para a EJA, as vivências de letramento digital. Uma política pública educacional indica diretrizes e deve garantir as condições de implementá-la. O processo ensino-aprendizagem evidenciou falhas de formação e/ou incentivos às capacitações aos profissionais da educação e estudantes para o uso das tecnologias. Percebeu-se que o letramento digital foi um aprendizado tanto para os estudantes quanto para os próprios profissionais da educação. O uso das ferramentas tecnológicas disponíveis torna o ensino-aprendizado mais dinâmico, sendo fundamental para o letramento digital que se demonstrou deficitário entre estudantes e alguns profissionais da educação. É urgente a necessidade de o Estado intervir com políticas públicas efetivas para que a educação, em especial a EJA, a Educação Profissional e Tecnológica e Educação à Distância alcancem a população, contribuindo, para que várias questões sociais sejam minimizadas ou dirimidas na sociedade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Letramento Digital. Neoliberalismo. Políticas Públicas. Tecnologia da Informação e Comunicação.

Abstract

Cultural diversity, a product of globalization and technologies, demands to expand the understanding of literacy and traditional teaching-learning. Youth and Adult Education (YAE) is a teaching modality offered to people who were unable to complete their studies at the appropriate age, seeking to provide opportunities for social inclusion. The objective of this work is, based on a theoretical discussion about public policies for education in the neoliberal scenario and the use of technologies in education, to qualitatively analyze the policies for YAE, the experiences of digital literacy. A public educational policy indicates guidelines and must guarantee the conditions to implement it. The teaching-learning process highlighted training gaps and/or training incentives for education professionals and students to use technologies. It was realized that digital literacy was a learning experience for both students and education professionals themselves. The use of available technological tools makes teaching and learning more dynamic, being fundamental for digital literacy, which has proven to be lacking among students and some education professionals. There is an urgent need for the State to intervene with effective public policies so that education, especially YAE, Professional and Technological Education and Distance Education, reach the population, contributing to the minimization or resolution of various social issues in society.

¹ Pós-graduando do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Trindade, morel.cipriano@estudante.ifgoiano.edu.br

Keywords: Youth and Adult Education. Digital Literacy. Neoliberalism. Public policy. Information and Communication Technology.

Introdução

O conceito de letramento se diferencia do conceito de alfabetização, de modo que Soares (2009) discute com propriedade os fundamentos desses conceitos e explica que uma pessoa alfabetizada não é obrigatoriamente uma letrada. De acordo com a autora, alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, que vive na condição de letramento, além de saber ler e escrever, também consegue utilizar socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2009). Percebe-se, portanto, que saber colocar em prática a leitura e escrita, vivenciando-se adequadamente seus usos sociais e culturais, é viver em estado de letramento.

Para interagir com toda a diversidade cultural e social que a globalização e as tecnologias da informação e comunicação (TICs) colocam à disposição nos dias atuais, é necessário ampliar essa compreensão do letramento e do ensino-aprendizado do letramento tradicional para incluir a negociação de uma multiplicidade de discursos (Londres, 2021). Neste mesmo sentido, a pesquisadora Débora Duran (2010) nos explica que podemos destacar que a reflexão sobre as relações entre TICs e a educação nos permite abordar inúmeras problemáticas. Para ela, existem incontáveis questões provocativas, destacando-se as relações entre conhecimento e trabalho, redes (telemáticas, sociotécnicas e como metáfora do conhecimento), formação inicial e continuada de professores, educação à distância (Ead), “novas dependências” e identidades, hipertextualidade, desafios éticos e muitas outras.

A autora Duran (2010) explica que, em primeiro lugar, devemos reconhecer que a superação do analfabetismo digital passou a comparecer na agenda das políticas públicas como um compromisso inadiável, argumentando que a carência de conhecimentos e letramento digital deu origem ao que chamou de *analfabyte* (analfabeto digital), um adjetivo para aqueles que desconhecem ou ignoram o *alfabyte*, o *be-a-byte*, a linguagens digitais próprias das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) (DURAN, 2010).

Neste mesmo sentido, percebe-se a importância dessa pesquisa, pois a educação é um direito de todos (BRASIL, 1988), a Educação de Jovens e Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), que deve ser ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus

estudos na idade apropriada, ou seja, trata-se da modalidade de ensino que busca, em última instância, oportunizar a inclusão social dos brasileiros(as). Os estudantes da EJA, em sua maioria, são excluídos digitalmente.

O objetivo deste trabalho é, a partir de uma discussão teórica sobre os contextos das políticas públicas para a EJA, da educação no cenário neoliberal e do uso das TICs na educação, analisar qualitativamente as políticas públicas para a EJA, as práticas e as vivências de letramento digital dos estudantes desta modalidade de ensino, em uma escola municipal de Senador Canedo, Goiás.

Metodologia

A pesquisa tem caráter descritivo-explicativo, com uma abordagem qualitativa, realizada através de revisão de literatura em uma discussão dialética. A partir das análises sobre a lógica das políticas educacionais para a EJA no contexto neoliberal, o estudo foi realizado através de revisão de literatura em livros, artigos de periódicos científicos, legislação sobre políticas educacionais e no Brasil, e através das experiências docentes, práticas e vivências laborais do autor como professor da EJA, no município de Senador Canedo, estado de Goiás, durante o segundo semestre do ano de 2023. Assim, pretende-se responder como essas políticas públicas impactam nas práticas docentes com relação à EJA no que diz respeito às TICs.

O público-alvo são os estudantes regularmente matriculados na segunda etapa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que compreendem as turmas da sexta à nona séries do ensino fundamental, em uma escola da rede municipal de educação da cidade de Senador Canedo, Goiás. A escola possui a sua disposição, para o desenvolvimento de atividades pedagógicas junto aos estudantes, internet banda larga e um laboratório de informática móvel, composto por um carrinho adaptado com rodas, prateleiras e cabos energizados, que acondiciona, de modo apropriado e sempre com carga de bateria recarregada, os *Chromebooks*, que são laptops ultraportáteis com o sistema operacional *Chrome OS*, do *Google*, conectados à internet. Os estudantes tiveram os primeiros contatos na escola com esses equipamentos de TICs no ano de 2023. Houve um acordo entre os professores e coordenação pedagógica da escola, em que nos dias de sexta-feira de cada semana, os estudantes foram agrupados em uma única sala de aula, para desenvolver, durante as aulas, o processo de ensino-aprendizagem com o uso das TICs, que tornou-se um processo de letramento digital.

O departamento de informática da Secretaria Municipal de Educação de Senador Canedo (SEMEC), junto à coordenação pedagógica da escola, providenciou a criação de *email* institucional, *login* e senha para que cada estudante matriculado possua um usuário de acesso aos equipamentos.

Durante as aulas de Ciências, foram seguidas as seguintes etapas para o desenvolvimento do processo de letramento digital com o público-alvo:

1. Durante as primeiras aulas, sob orientação e supervisão do professor, foi realizado um diagnóstico prévio, sobre os conhecimentos e vivências em letramento digital que os estudantes possuíam, por meio de observações indiretas, diálogos e uso do aplicativo *Google docs* pelos próprios estudantes, durante as primeiras manipulações dos *Chromebooks* e usos das TICs;

2. Desenvolvimento de atividades e vivências para o letramento digital, com uso dos *Chromebooks* e TICs durante as aulas com os estudantes, as quais envolveram conhecimentos básicos em informática como ligar e desligar os equipamentos, fazer *login* e *logoff* no sistema *Chrome OS*, noções de digitação, uso de emails, uso de aplicativos como *Google Earth*, *Youtube*, *Google docs* e montagem de *slides* com apresentações;

3. Acompanhamento, observação e registros das vivências durante as aulas, traçando os perfis dos estudantes com relação ao uso das TICs.

Foi investigado se os estudantes possuíam algum conhecimento sobre as TICs, se esses conhecimentos eram suficientes para que pudessem estudar e aprender com o uso das TICs, se os estudantes conseguiam reconhecê-las e aplicá-las em seus cotidianos, ou seja, se tinham algum letramento digital e de que forma o uso das TICs poderia contribuir na construção e apreensão dos conteúdos curriculares e/ou aprimoramento do letramento digital.

Neste sentido, esse estudo inicialmente discorre sobre políticas públicas e a dinâmica do Estado pluralista brasileiro. Em seguida, aborda a educação e o contexto neoliberal. E finalmente, discorre sobre as vivências das práticas docentes com o uso de TICs na EJA, analisando a forma como as políticas públicas no Brasil, em um contexto educacional neoliberal impacta nas práticas docentes na EJA com relação às TICs.

Políticas Públicas: origens, alguns conceitos e a dinâmica do Estado pluralista brasileiro

Conforme explica Celina Souza (2006), no artigo “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”, o surgimento da área de Políticas Públicas se deu primeiro no interior da ciência política norte-americana, como um ramo da ciência política orientadora dos governos nas suas

decisões, capaz de compreender a razão dos governos optarem por determinadas ações. A autora também descreve que a política pública europeia, diferentemente da norte-americana, originou-se como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o Estado e sobre o papel do governo, produtor, por excelência, de políticas públicas.

Historicamente, o uso da política pública como ferramenta das decisões governamentais tem origem na Guerra Fria, por meio da valorização da tecnocracia. Em 1948, Robert McNamara foi quem inseriu a política pública no governo norte-americano e estimulou a criação da *Reserach and Development Corporation (RAND)*, Organização Não Governamental financiada por recursos públicos, vista como a antecessora dos *think tanks* – organizações de pesquisas sobre políticas públicas capazes de apresentar recomendações a atores políticos (SOUZA, 2006).

O trabalho de intelectuais, analistas de sistema, engenheiros, matemáticos, cientistas políticos, sociólogos, dentre outros, almejavam esclarecer como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e decisões do governo sobre problemas públicos se difundiu posteriormente para outras áreas públicas, inclusive para a área social (SOUZA, 2006).

Existem várias definições de Políticas Públicas. Lynn (1980, p.10), a define como “um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Dye (1984, p.1) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. O cientista político B. Guy Peters (1986, p. 6) segue o mesmo sentido: “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Mead (1995, p. 1) a define como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”.

Celina Souza (2006), enfatiza que a noção mais referenciada de política pública é a do sociólogo Harold Dwight Lasswell, sintetizando-a da seguinte forma: “[...] as decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24).

Outras definições enfatizam o papel das políticas públicas na solução de problemas. Celina Souza (2006), revisita todos estes conceitos e argumenta que críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, destacam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Deduz-se que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras

instituições e grupos sociais. Isso implica que governos de diferentes vertentes ideológicas possuem políticas públicas distintas, não dando continuidade as do governo anterior, mesmo que sejam benéficas pra sociedade.

Souza (2006, p.26) resumiu política pública como a área do saber que almeja, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)". A autora também enfatiza que o processo de formulação de política pública é aquele por meio do qual os governos oficializam suas aspirações e objetivos em programas e ações. Depois de formuladas, as políticas públicas se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Ao serem colocadas em ação, implementadas, ficam, finalmente, sob o controle de sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

A avaliação é teoricamente uma das etapas de uma política. De acordo com os manuais de análise e avaliação de políticas públicas, a avaliação deveria ser uma etapa posterior à implementação das políticas e programas, destinada a influenciar sua reformulação, seja durante sua implementação, seja posteriormente (ARRETCHE, 1998; FREY, 2000; SOUZA, 2006).

Ham e Hill (1993), fazem uma revisão sobre os tipos de Estado e suas respectivas dinâmicas. Sobre o Estado Pluralista, estes autores iniciam comentando que todos os sistemas de políticas das sociedades industrializadas ocidentais são frequentemente descritos como democráticos, e seguem descrevendo a teoria clássica liberal da democracia, representada por autores como Mill e Rousseau, a qual enfatiza a importância da ampla participação política dos indivíduos, passando por Schumpeter (2003, p. 269 apud Ham e Hill, 1993, p. 45) que vê a democracia como "um arranjo institucional para chegar a decisões políticas no qual indivíduos adquirem o poder de decisão mediante uma luta competitiva pelo voto do povo", e discutem também as contribuições posteriores, ao que eles chamam de a reinterpretação da democracia:

[...] a representação da opinião por intermédio de grupos de pressão, assim como eleições abertas, como elementos chave da democracia. Assim, coloca-se que os grupos de pressão, que têm crescido paralelamente às instituições formais do governo, passam a desempenhar um importante papel na representação de interesses específicos [...]. (HAM e HILL, 1993, p. 45).

Ao ter como base os sistemas democráticos de governo, Ham e Hill (1993) destacam que, historicamente, os conceitos para a postura teórica conhecida por pluralismo foram inicialmente defendidas pelos cientistas políticos e professores norte-americanos Robert Alan

Dahl, principalmente em sua obra *Who Governs?*, e Nelson Woolf Polsby, em seu livro *Community Power and Political Theory*. Sobre a teoria do Estado Pluralista, Ham e Hill (1993) explicam que:

[...] Esta postura não sustenta que o poder seja igualmente distribuído. A teoria aponta que as fontes de poder estão distribuídas de forma desigual, mas de forma ampla entre indivíduos e grupos, dentro da sociedade. Embora todos os grupos e interesses não tenham o mesmo grau de influência, mesmo os menos poderosos são capazes de fazer-se ouvir em algum estágio do processo de tomada de decisões. Nenhum indivíduo ou grupo é completamente desprovido de poder. A explicação pluralista reside no fato de que as fontes de poder – tais como dinheiro, informação, especialização etc. – são distribuídas de modo não cumulativo e de que nenhuma destas fontes é especialmente dominante. Essencialmente, então, o poder tenderia a ser fragmentado e difundido nos sistemas políticos e o quadro básico apresentado pelos pluralistas é o do mercado político onde o que um grupo alcança depende de seus recursos e do “nível de decibéis” que é capaz de emitir [...]. (HAM e HILL, 1993, p. 46-47).

No que diz respeito à elaboração e edição de suas Leis, o Brasil é um Estado Pluralista, com um sistema de governo democrático, cujas agências governamentais representam um conjunto de grupos de pressão entre muitos outros, em que o governo tanto persegue suas próprias preferências quanto responde a demandas provenientes de interesses externos a ele. Quando uma questão social é tão abrangente que aflige tanto o governo, a sociedade em geral, a economia, quanto vários outros grupos de pressão, essa questão social ganha logo destaque e é alvo de políticas públicas, dentre elas a edição de leis específicas – muito rígidas conforme o caso – para que seja solucionada de imediato tal questão social ou pelo menos amenizados mais rapidamente os seus efeitos.

Rosavallon (1995) e Castel (1998) discutem com propriedade as questões sociais, por eles chamadas de a “nova questão social”, a “velha questão social” ou simplesmente de “questão social”. Esses autores explicam que as questões sociais – que são os diversos problemas, conflitos, distúrbios e mazelas que existem na sociedade – sempre se fizeram presentes na sociedade capitalista, e que após a era de ouro do capitalismo – após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e que durou até início de 1970 – ou seja, com a crise estrutural do capitalismo, houve percas de diversos direitos sociais conseguidos pelos trabalhadores, o que representou o fim do “Estado de Bem-estar Social” - do inglês, *Welfare State*.

O Estado e os governos utilizam diversos tipos de políticas públicas para tentar resolver os problemas advindos da nova questão social premente. Essas políticas podem ser utilizadas de maneira mais abrangente, quando se trata de políticas de Estado, ou de forma menos expansiva, pontualmente ou mais focalmente, quando são aplicadas políticas de governos.

Kramer (1997) relata que é função de uma política pública educacional indicar diretrizes, mas que ela precisa garantir as condições de implementá-la, sabendo que não há uma única saída, mas várias alternativas possíveis; destaca ainda que, deve-se opor a busca desmedida e ilusória do futuro como superação, posto que seu preço tem sido o esquecimento da história e por conseguinte “o congelamento do presente e a anulação das experiências vividas, desmobilizando as possibilidades de efetiva mudança, de transformação radical das condições que engendrariam, a partir do velho, o novo” (Kramer, 1997, p. 21).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos (BRASIL, 1988), a Educação de Jovens e Jovens e Adultos (EJA) é apresentada como a política pública na forma de uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada, ou seja, trata-se da modalidade de ensino que busca a inclusão social dos estudantes, para que possam ter acesso às oportunidades de concluir seus estudos, desenvolverem suas aptidões e habilidades para o mundo do trabalho, compreendendo a conjuntura social e histórico-cultural em que estão inseridos, desenvolvendo a criticidade, o que envolve, sem sombra de dúvidas, saber interagir com o mundo globalizado e com as TICs que os envolvem.

A educação e o contexto neoliberal

Viana (2009) explica que o capitalismo passa por regimes de acumulação, que quando um regime entra em colapso emerge outro em seu lugar. Assim, a partir da década de 70 do século passado, o capitalismo entrou em uma nova etapa, a partir do que foi denominada de a crise estrutural do capitalismo. Desde então, os sistemas político-econômicos mundiais passaram a incentivar a desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social, assim, reduziram ou até mesmo retiraram vários direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, conquistados pelos trabalhadores durante a chamada a Era de Ouro do Capitalismo – expansão econômica do pós-Segunda Guerra Mundial que compreendeu o interstício dos anos 1945 a 1973. Nesta esteira, a partir da análise estrutural marxista, o neoliberalismo surge como uma estratégia política com intenções de reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente (HARVEY, 2008; ANDRADE, 2019).

Harvey (2011), em sua obra *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, a partir de uma análise crítica rigorosa, explica como o capital se articula para alcançar o seu objetivo maior: o lucro. Contudo existem resistências dos trabalhadores e, para alcançar essa meta, o

capital ultrapassa todos os obstáculos que surgem pela frente e coloca toda a sociabilidade humana sujeita à lógica da acumulação, que é representada pelo par expansão/acumulação. A partir dessa lógica, os negócios capitalistas trabalham em função da busca desmedida por novos mercados, transformando os territórios e modos de interação com o meio natural, tendo em vista à otimização do controle do capital sobre a produção do valor, sendo a “compressão do tempo-espaço” a consequência inevitável, que em última análise, é a globalização do capital (HARVEY 2011, p. 131).

O neoliberalismo impõe ao trabalho uma nova perspectiva, utilizando-se de ferramentas como o livre comércio e a facilidade de movimentação do capital. Essa nova ordem social se firma ideologicamente através de uma teoria político-econômica que afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária. Além disso, justifica a ascensão da desigualdade como estimulador de riscos dos empreendedores e para a inovação, essenciais à competitividade e ao crescimento econômico (HARVEY, 2008; ANDRADE, 2019). Nesse sentido, Harvey (2008, p. 27) é categórico em afirmar:

[...] podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação de capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis.

Com relação à exploração, ou superexploração, do trabalho e à mercadificação de tudo, na atual fase de acumulação do capital em que o mundo contemporâneo está inserido, Harvey (2008) destaca a importância dos mecanismos de acumulação por espoliação, ou seja, o caráter contínuo de formas de acumulação que Marx acreditou estarem presentes apenas nas formas primitivas ou originais de ascensão do capitalismo, caracterizados por:

[...] mercadificação e a privatização da terra, bem como a expulsão pela força de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comuns, coletivas, estatais etc.) em direitos de propriedade exclusiva (cujo exemplo mais extraordinário é o da China); a supressão dos direitos aos bens comuns; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (nativas) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação privada de ativos (incluindo recursos naturais); a monetização do câmbio e a taxação, principalmente da terra; o comércio de escravos (que continua de modo especial na indústria do sexo); e a usura, a dívida nacional e o aspecto mais devastador de todos: o uso do sistema de crédito como meio radical de acumulação

por espoliação. *O Estado, com seu monopólio da violência e definições de legalidade, desempenha um papel vital tanto no apoio como na promoção desses processos.* A essa relação de mecanismos, podemos adicionar agora uma pletera de técnicas como a extração de renda a partir de patentes e direitos de propriedade intelectual e a redução ou eliminação de várias formas de direitos de propriedade comum (como benefícios de seguridade social, férias remuneradas e acesso à educação e à atenção médica) conquistadas durante uma geração ou mais de lutas de classes [...]. (HARVEY, 2008, p. 171-172, grifo nosso).

Desta forma, Harvey (2008, p.172-177) cita que os meios atuais dos quais o Estado lança mão para legitimar a “acumulação por espoliação” são: 1. “Privatização e mercadização”, ou seja, a passagem de bens públicos/estatais para o controle de entes particulares, detentores de poder das classes privilegiadas, vinculando-os à acumulação do capital, que é o que ocorre como, por exemplo, com os bens e serviços de utilidade pública (água, energia elétrica e transporte), com algumas entidades públicas (universidades, presídios e instituições de pesquisa), com benefícios sociais e previdenciários (saúde, educação, habitação e aposentadorias), incentivo à cultura, meio ambiente, dos direitos de propriedade intelectual e coletivos; 2. “Financiarização”, que é a especulação de capital, operações de manipulação financeira, transferência de recursos por meio de flutuações de mercado, financiamentos lucrativos aos bancos e detentores do capital; 3. “Administração e manipulação de crises”, que são as crises orquestradas, programadas pelos gigantes do mercado de capitais internacionais como o Banco Central Norte-Americano, bolsas de valores, Fundo Monetário Internacional (FMI), da rede da dívida como forma de transferir a riqueza dos países pobres para os países ricos, e o que mais a criatividade sem escrúpulos e a necessidade de acumulação dos grandes capitalistas desejarem transformar ou manter da forma em que estão, lançando mão de conflitos, boatos de guerras e sabotagens; 4. “Redistribuições via Estado”, nos moldes neoliberais, o Estado age no sentido de canalizar o fluxo redistributivo em direção das classes altas, por meio de privatizações, taxações sobre a massa popular trabalhadora, subsídios e isenções tributárias às empresas e financiamento estatal às grandes corporações, que deliberada e legalmente irão justificar as suas benesses por ofertar ao trabalhador o emprego, que na realidade é a superexploração do trabalho e a consequente formação de um contingente lumpemproletariado².

Refletindo sobre o Estado, o capitalismo e a mutação do regime de acumulação do capital, Nildo Viana (2008, 2009) explica que o regime de acumulação integral surgiu nos EUA e na Europa, a partir da década de 80 do século passado, e depois se propagou para os

² Braga (2010, p. 42 e 47), tomando como referência “uma teoria das classes sociais”, refere-se ao lumpemproletariado comparando-o ao conceito marxista de “exército industrial de reserva”, ou seja, “uma classe social composta por desempregados, sem-teto, mendigos, subempregados, delinquentes, prostitutas [...]”.

demais continentes, em um processo chamado de reestruturação produtiva (modificação da organização internacional do trabalho), associado ao papel desempenhado pelo Estado capitalista neoliberal, e à globalização ou neoimperialismo subjacente. A acumulação integral, na intenção de suplantar a crise do regime de acumulação, para aumentar a produtividade e os lucros, aumenta a exploração ao trabalhador, acabando com direitos trabalhistas e sociais diversos, utilizando-se daqueles métodos elencados por Harvey (2008), citados anteriormente.

Viana (2009, p. 31), conceitua o regime de acumulação do capital como “a forma que o capitalismo assume durante o seu desenvolvimento”, e prossegue explicando que o desenvolvimento capitalista sempre possui uma tendência, que é estreitamente vinculada à “sua própria essência: a produção de mais valor”. O autor conclui que o “desdobramento da produção de mais valor é a acumulação de capital e este, por sua vez, gera a reprodução ampliada e a centralização e concentração do capital” proporcionando o crescimento mundial do capitalismo e a exploração internacional, legitimada pelo Estado.

Alguns dos resultados trágicos do neoliberalismo são relatados por Braga (2010, p. 56-57), o qual denomina o capital e seus interesses subjacentes de “*monsieur capital*” – numa alusão à sua soberania sobre os demais interesses –, destacando a intensa produção da lumpemproletarização via aumento do desemprego em escala mundial (cerca 216 milhões de desempregados naquele ano), da formação de subempregos, contratos precários e suas consequências imediatas como a fome, a miséria, a alta taxa de mortalidade do proletariado e do lumpemproletariado, violência gratuita, altos índices de criminalidade, muitas vezes, acompanhados de assassinato.

No contexto neoliberal a educação é vista como uma mercadoria e, como tal, sujeita às regras impostas pelo capital. O vínculo com o campo social que a educação deveria ter é substituído pela sua importância na produção de mais valor. Desta forma, sempre direcionada aos interesses das classes dominantes, verificam-se algumas metas neoliberais para a função estratégica da educação:

[...] Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa; assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional; tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários; fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com a ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Neste sentido, Frigotto (2005) destaca que a educação no Brasil não foge à regra, pois também tem servido de ferramenta aos interesses do capital, pela nítida diferenciação entre a educação dirigida às classes dominantes (completa e abrangente) daquela ofertada aos trabalhadores e classes populares (básica e elementar, apenas o suficiente para exercer um posto de trabalho). O autor explica que a educação é definida pelas determinações sociais resultantes das disputas dos interesses hegemônicos de classes, que influenciam na articulação de concepções, na organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola, impactando na cultura socialmente construída pela pós-modernidade³.

Sobre as consequências da pós-modernidade na educação, Saviani (1991, p. 32) afirma que a escola é veementemente afetada pela crise cultural da atualidade, sendo transformada em uma “forma secundária de educação”, sob o pretexto de que se “educa através de outros espaços, como os sindicatos, o partido, a igreja, associações de mães, clubes de mães, clubes esportivos, convivência, meios de comunicação de massa”. Para superar a realidade imposta pelo panorama atual, e para que se tenha uma educação para além do capital, Dermeval Saviani utiliza-se da instrumentalização da pedagogia histórico-crítica⁴.

As vivências das práticas docentes com o uso de TICs na Educação de Jovens e Adultos em Senador Canedo, Goiás

Os estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ano de 2023, na escola estudada, foi um público-alvo muito diversificado, com estudantes que compreendiam a faixa etária a partir dos quinze anos de idade – desde que estivessem trabalhando ou realizando estágios e em defasagem com relação idade/série adequados, ou seja, em atraso em relação à série que deveriam estar cursando –, havia também estudantes adultos e idosos. Eram jovens e adultos trabalhadores que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos no ensino regular. Os jovens em torno dos 15, 16 anos de idade não se adequaram ao ensino regular, com várias reprovações e histórico de indisciplina. As séries

³ Também conhecida como a cultura da sociedade capitalista avançada, a pós-modernidade é discutida de forma abrangente e profícua por David Harvey (1996), em sua obra *Condição Pós-Moderna*. O autor, manifestando-se um tanto quanto surpreendido, assim se expressa: “[...] o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo: sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico [...]” (HARVEY, 1996, p. 49).

⁴Teoria idealizada por Saviani em 1978, cuja intenção política é a vinculação da questão educacional ao problema do desenvolvimento social e das classes - transformação da sociedade. A escola é um instrumento de luta contra a marginalidade, para garantir aos trabalhadores uma qualidade melhor de ensino nas atuais condições históricas. A escola funciona a serviço da socialização do saber sistematizado: “a escola diz respeito ao conhecimento elaborado, e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita, não à popular” (SAVIANI, 2013, p. 14).

em que eles estavam matriculados compreenderam as turmas da sexta à nona séries do ensino fundamental, que na EJA corresponderam às turmas do 1º Semestre ao 4º Semestre respectivamente, pois cada série é representada por um semestre – por exemplo, o 1º semestre da EJA corresponde à sexta série e o 4º semestre corresponde à 9ª série, isso porque o tempo para conclusão de cada série é de seis meses na segunda etapa da EJA e não anualmente, como no ensino regular.

A EJA é ofertada no período noturno, de segunda a sexta-feira, das 19:00 às 22:15 horas. Cada hora/aula tem a duração de trinta e cinco minutos. Esse horário visa a atender aos trabalhadores que não poderiam estudar no turno diurno, tendo em vista a indisponibilidade de tempo devido ao horário comercial de trabalho da maioria dos estudantes. Entretanto, mesmo com o horário diferenciado no turno noturno ofertado aos estudantes, muitos não conseguiam chegar no horário pontualmente para estudar, havia atrasos ou ainda faltavam muitas aulas devido ao trabalho e demais intercorrência que a vida cotidiana e familiar demandava.

Os professores da EJA, juntamente com a coordenação pedagógica, sempre realizaram atividades e aulas diferenciadas para que os alunos(as) matriculados se sentissem motivados e valorizados. O advento e uso das TICs sempre nos dias de sexta-feira de cada semana, em uma aula que reunia todas as turmas com o uso dos computadores *Chromebooks* – laptops ultraportáteis com o sistema operacional *Chrome OS*, do *Google*, conectados à internet – foi muito bem recebida por todos os estudantes.

A sexta-feira era o dia da semana que mais havia estudantes faltosos às aulas, isso ocorria tanto por ser o último dia da semana e muitos estarem cansados, quanto por haver no bairro, neste mesmo dia, uma feira livre que era muito frequentada pelos moradores e pela comunidade local. O primeiro impacto verificado após o início do uso das TICs durante as aulas, foi que a frequência dos estudantes às aulas no dia de sexta-feira melhorou muito. Os estudantes passaram a chegar à escola muito animados, alguns antes do horário do início das aulas, vários perguntavam pelos *Chromebooks* e afirmavam que queriam realizar as aulas com o uso dos computadores. Percebeu-se um grande impacto positivo na motivação dos alunos para frequentarem as aulas, se tornaram menos faltosos e desenvolveram mais interesse em estudar com o uso das TICs, independentemente da faixa etária. É importante citar que antes do uso das TICs, em relação à faixa etária, os estudantes adultos e mais velhos não gostavam de realizar atividades e socializar com os mais jovens, entretanto, isso foi superado e não era mais um problema para eles, ou seja, verificou-se que o uso das TICs se tornou também um fator motivacional e de interesse durante as aulas, houve mais socialização, diálogos, trocas

de conhecimento e saberes intergeracionais, em que todos(as) participavam sem atritos, percebeu-se muita descontração, risadas e alegria durante as interações nas aulas.

Durante as aulas, todos os estudantes confirmaram que era a primeira vez que estavam tendo contato com um computador tipo laptop e que apesar de alguns possuírem internet banda larga em casa, eles não tinham acesso a computadores em seus domicílios. Apenas um aluno relatou ter computador em casa, mas também confirmou que quase não mantinha acesso ao aparelho por ser de uso específico de outro morador da casa em que vivia. Sobre isso, percebeu-se que muitos alunos(as) vivem em casas de parentes próximos ou de amigos(as), são pessoas que vieram de outros estados e regiões do Brasil para tentar melhorar de vida em Senador Canedo, Goiás, e que estão tentando continuar seus estudos por meio da EJA.

Neste sentido, verificou-se durante as primeiras aulas uma nítida dificuldade de todos(as) os alunos(as) para usarem os *Chromebooks*, tendo em vista que foi o primeiro contato deles(as) com aquela tecnologia. O letramento digital com o uso dos computadores teve que ser realizado a partir do nível mais básico possível, com orientações muito simples de manuseio, de como segurar, abrir, fechar, ligar e desligar o aparelho. Os estudantes tiveram uma grande dificuldade para ligar os aparelhos, tendo em vista que era necessário ligar o aparelho e realizar *login* com um *email* institucional e senha personalizada, especialmente criados para cada estudante da escola. Essa dificuldade ocorreu porque eles não acessavam *emails*, não tinham o conhecimento básico necessário para compreender o que era um usuário de *email* com senha. Foram necessárias várias aulas para que os alunos(as) reconhecessem o que era um *email* e a necessidade daqueles dados para ter acesso ao computador, pois muitos(as) perdiam os seus dados de usuário e senha de acesso, o que demandava mais tempo para que se iniciasse o acesso aos computadores.

Além das vivências relatadas, os alunos(as) mais velhos e idosos demonstraram maior dificuldade para entender os comandos que eram solicitados pelo professor durante as aulas, principalmente no que diz respeito a enxergar e localizar as letras, sinais, acentos ou atalhos do teclado do computador. Muitos reclamavam que estavam com problemas de visão e que precisavam de usar/comprar óculos ou fazer exames oculares.

Um contraste verificado sobre o uso das TICs, em especial o uso de computadores, é que apesar de praticamente todos os estudantes possuírem aparelhos celulares com sistemas operacionais *Android*, nenhum deles sabiam como manusear um computador ou sequer tinham acessado antes.

As atividades desenvolvidas com uso das TICs foram evoluindo à medida que os estudantes foram tendo mais facilidade no manuseio dos equipamentos. Após a fase inicial de

comandos básicos, como ligar, desligar, reconhecimento do teclado, atalhos, mouse, abrir e fechar janelas, passou-se orientações para o acesso a páginas do *Google* para buscas e pesquisas na internet sobre assuntos de interesse dos estudantes e/ou jogos interativos com o uso dos *Chromebooks*. Assim, em seguida foram usados aplicativos para digitação como o *Google Docs*, para treinamento de digitação e produção de textos, resolução de atividades sobre os assuntos estudados nas aulas de forma digital. Foi ensinado uso dos *emails* institucionais para enviar arquivos e mensagens. Foi orientada a produção de apresentações de slides por meio do uso do aplicativo de apresentação *Google Presentation* sobre temas específicos, com imagens e textos a serem apresentados pelos próprios estudantes, sob a supervisão dos professores em uma mostra cultural. Foram realizadas pesquisas com o uso do *Google Earth* e dos recursos disponíveis na plataforma *Youtube*, para uma utilização mais completa e otimizada.

Durante as aulas percebeu-se a falta de redes de internet de banda larga de qualidade para atender toda a demanda dos computadores funcionando ao mesmo tempo. Foram muitas as ocasiões em que as aulas tiveram que ser canceladas devido à falta de acesso à internet, ou ainda, para se evitar o andamento das atividades, os professores ou os próprios alunos tiveram que utilizar e/ou compartilhar a internet móvel particular de seus aparelhos de telefonia celular em pareamentos com os computadores.

Houve a falta de formação adequada dos profissionais da educação e alunos(as) para o uso adequado das TICs, tendo em vista que os estudantes desconheciam totalmente a tecnologia utilizada e muitos profissionais da educação – tanto alguns professores(as) quanto profissionais administrativos da escola desconheciam também o funcionamento das TICs. O letramento digital foi uma estratégia criada pelos próprios professores(as) para que a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação em sala de aula pudessem ser de alguma forma útil aos estudantes, pois era impossível se trabalhar os conteúdos curriculares específicos de Ciências com o uso das TICs sem que os alunos(as) ao menos soubessem utilizar os computadores.

À medida que os estudantes foram se inteirando sobre o funcionamento das máquinas e tomando mais intimidade com o uso dos aplicativos, o atendimento a cada estudante teve que se tornar mais personalizado, pois cada estudante tinha facilidades e dificuldades específicas e/ou gostava mais de determinados conteúdos e aplicativos do que outros.

Foi observado também que alguns professores(as) também apresentaram dificuldades para desenvolver atividades com o uso das TICs, tendo sempre que recorrer à ajuda e/ou trabalhar em conjunto com os outros professores que possuíam mais facilidade com uso das

tecnologias. Todavia, alguns professores(as) preferiam as aulas tradicional com o uso de lousa/quadro negro e giz ao invés do uso das TICs.

A realidade das vivências analisadas evidenciou que apesar das TICs estarem à disposição dos professores e estudantes nas escolas municipais de Senador Canedo, Goiás, a partir do ano de 2023, a implementação dessa política pública se deu de forma abrupta e intempestiva, sem o planejamento necessário, tendo em vista que houve carências de estruturas tecnológicas e formações adequadas aos usuários das tecnologias. Desta forma, verificou-se que apesar da boa intenção da implementação da política do uso dos *Chromebooks*, houve um subatendimento aos usuários dos serviços e a desvalorização dos profissionais da classe docente que se dispõem a trabalhar com as TICs.

Considerações Finais

O Estado anda a passos lentos e muitas vezes para trás no que diz respeito às políticas educacionais neoliberais. Como assevera Harvey (2008), o Estado joga um papel decisivo no neoliberalismo. A ganância da restauração do poder de classe distorce na prática a teoria do Estado mínimo. A criação de um clima favorável aos negócios e aos investimentos, a transferência dos prejuízos privados para as contas públicas, a repressão dos sindicatos, a precarização das leis trabalhistas, a redução de gastos sociais, a difusão de políticas públicas de responsabilização individual, a ação repressiva da polícia e do judiciário, os privilégios concedidos a grandes corporações, são alguns dos exemplos de práticas estatais neoliberais que se colocam do lado dos interesses capitalistas em detrimento dos direitos coletivos dos trabalhadores, do bem-estar da população e da proteção ambiental. Neste mesmo sentido, Viana (2009, p. 91) é conclusivo em dizer que “o mundo neoliberal é um mundo marcado por contradições crescentes” e que as consequências do neoliberalismo são o aumento da pobreza e da miséria, da desigualdade, da criminalidade e dos conflitos sociais.

Quanto à origem e a política que envolve a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, verificou-se que o caráter desta política não é apenas uma política de governo, mas sim uma política de Estado respaldada pela Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). O direito a uma modalidade de ensino pautada em resgatar os indivíduos que não obtiveram sucesso em concluir seus estudos tempestivamente é uma tentativa de amenizar os impactos neoliberais na sociedade, de ressocializar, instruir, ensinar e incluir os letramentos necessários aos estudantes. Os motivos que impulsionam essa política são as demandas sociais que também

incluem, dentre outras, a mão de obra mais qualificada para o mercado de trabalho, além dos graves problemas como a violência, o desemprego, as desigualdades, misérias e demais questões sociais que afligem toda população brasileira. Há vários grupos de pressão na sociedade, a indústria, o comércio, a própria população, o mercado financeiro, as próprias agências de Estado, que se juntam em um interesse comum e dão a direção ao Estado pluralista.

A educação não é um favor ou uma simples medida humanitária, é um direito. É o direito à educação, aquele que se não pôde ser exercido na época oportuna, o Estado deve garanti-lo posteriormente e com qualidade. Desse modo, foi verificado que os estudantes tiveram uma boa evolução no letramento digital com o uso das TICs, entretanto, o processo ensino-aprendizagem evidenciou falhas de formação e/ou incentivo a capacitações, especializações e atualizações tanto aos profissionais da educação quanto aos estudantes para o uso das tecnologias. Neste sentido, percebe-se que o letramento digital foi um aprendizado tanto para os estudantes quanto para os próprios profissionais da educação.

É urgente a necessidade de o Estado intervir com políticas públicas efetivas para que a educação, em todas as suas modalidades previstas na lei, em especial a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Educação à Distância (Eads) alcancem a população, contribuindo, assim, para que várias questões sociais sejam minimizadas ou até mesmo dirimidas na sociedade. A utilização de todas as ferramentas tecnológicas (TICs) disponíveis tornam o ensino-aprendizado mais dinâmico, interessante aos estudantes, lúdico, didático e é fundamental para o letramento digital que se demonstrou extremamente deficitário na população estudada e entre alguns profissionais da educação.

No contexto neoliberal a educação é vista como uma mercadoria e, como tal, sujeita às regras impostas pelo capital. O vínculo com o campo social que a educação deveria ter é substituído pela sua importância na produção de mais valor. A educação no Brasil não foge à regra, pois também tem servido de ferramenta aos interesses do capital, pela nítida diferenciação entre a educação dirigida às classes dominantes (completa e abrangente) daquela ofertada aos trabalhadores e classes populares (básica e elementar, apenas o suficiente para exercer um posto de trabalho). A educação é definida pelas determinações sociais resultantes das disputas dos interesses hegemônicos de classes, que influenciam na articulação de concepções, na organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola, impactando na cultura socialmente construída pela pós-modernidade. Como alternativa para a superação da alienação dos indivíduos nos dias atuais, a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, apresenta-se como uma aliada, uma ferramenta contra-hegemônica nas

atuais transformações das relações de trabalho. O autor defende o trabalho como um princípio educativo nessa luta e destaca o papel da escola: “a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2013, p.14).

Os resultados de uma determinada política pública devem ser constantemente aferidos, para se corrigir desacertos e/ou vislumbrar novas possibilidades de intervenção ou adequações que se façam necessárias. O presente trabalho representa uma pequena contribuição para a avaliação da eficácia de políticas públicas, em especial sobre o tema TICs. Mais estudos sobre as práticas educacionais e as políticas públicas que as envolvem são necessários e importantes para que as implementações dessas políticas sejam mais eficientes e eficazes.

Referências

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr., 2019.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo, Cortez, 1998.

BRAGA, Lisandro. Acumulação capitalista e tendência à lumpemproletarização. **Enfrentamento**, Goiânia, ano 5, n. 9, p. 42-57, jul./dez., 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 1996.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DURAN, Débora. **Educação na cibercultura: os desafios do letramento digital**. Faculdade de Educação/ CIAR – UFG. Comunicação Oral Eixo temático: Cultura e Processos Educacionais. 2010.

DYE, Thomas Dye. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice - Hall, 1984.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259. Brasília. jun., 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola pública brasileira na atualidade: lições da história. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

HAM, Christopher; HILL, Michael. **The policy process in the modern capitalist state**. 2. ed. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill; PINHEIRO, Petrilson. **Letramentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educação e Sociedade**, ano XVIII, n. 60. 1997.

LONDRES, Grupo Nova. Uma pedagogia dos multiletramentos: projetando futuros sociais. **Revista Linguagem em Foco**. Vol. 13, n. 2. Fortaleza, 2021.

LYNN, Laurence E. **Designing Public Policy: a casebook on the role of policy analysis**. Santa Monica, Calif, Goodyear, 1980.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEAD, Lawrence M. Public Policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, Fev., p. 1-4, 1995.

PETERS, B. Guy. **American Public Policy**. Chatham, New Jersey, Chatham House, 1986.

ROSAVALLON, Pierre. **¿La nueva cuestión social? Repensar el Estado providencia**. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. London and New York: Routledge, 2003 apud HAM, Christopher; HILL, Michael. **The policy process in the modern capitalist state**. 2. ed. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

VIANA, Nildo. Breve história do neoliberalismo. **Revista Enfrentamento**, n. 05, p. 4-10, jul./dez., 2008.

_____. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida: Idéias e Letras, 2009.